



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

DIAGNÓSTICO

Resultado detalhado e Análise

Desempenho Escolar na Alfabetização | ABC

Indicadores baseados na Escala de Fluência em Leitura

<p>Pré-leitor</p> <p>Baixo desempenho</p>	<p>Leitor Iniciante</p> <p>Desempenho em desenvolvimento</p>	<p>Leitor Fluente</p> <p>Desempenho adequado.</p>
--	---	--

Fonte: Elaboração Fiscalização 031/2025-2, com apoio de inteligência artificial generativa (ChatGPT – modelo GPT-5.2, OpenAI).

NEducação/SecexSocial

2026



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto



RESUMO:

Este apêndice apresenta as respostas obtidas no questionário aplicado para diagnosticar, de forma inicial, a percepção dos(as) Secretários(as) Municipais de Educação (ou pessoa por ele designada), com vistas a subsidiar a Auditoria Operacional realizada com o objetivo de avaliar fatores determinantes para o desempenho dos alunos das escolas públicas municipais na alfabetização. O questionário obteve 71 respostas válidas. Os resultados indicam uso combinado de indicadores de desempenho e instrumentos diagnósticos para monitoramento da aprendizagem, com destaque para IDEB, Prova de Fluência em Leitura e PAEBES Alfa, além de iniciativas locais de avaliação. As respostas também apontam a centralidade de fatores docentes na percepção da qualidade educacional, ao mesmo tempo em que registram desafios associados à estabilidade e às condições de trabalho, à infraestrutura e à capacidade de institucionalização de políticas e de planejamento orçamentário voltados à alfabetização.

APÊNDICE¹

1 INTRODUÇÃO

Este documento apresenta a análise consolidada das respostas ao questionário respondido pelos(as) Secretários(as) Municipais de Educação ou pessoa por ele designada no contexto da Fiscalização 031/2025 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES). A análise é baseada nos dados quantitativos

¹ TCU - Manual de Auditoria Operacional – Capítulo 6 **Relatório e Divulgação**. Parágrafos 389 e 508.

389. Toda a análise de dados deve ser documentada em papéis de trabalhos, independentemente de seu resultado. Dessa forma, é possível reduzir o tamanho da parte textual dos relatórios de auditoria, tornando-os mais objetivos, concisos e convidativos à leitura.

508. Os apêndices são compostos por textos ou documentos elaborados pela equipe de auditoria, a fim de complementar sua argumentação apresentada no relatório, sem causar prejuízo à completude e à coesão do texto principal (ABNT, 2011).



e nos relatos qualitativos apresentados nas perguntas abertas presentes no questionário.

As perguntas consideram referências de gestão educacional municipal para alfabetização, envolvendo (a) monitoramento de indicadores e avaliações, (b) políticas de formação e alocação docente, (c) regularidade e estabilidade do corpo docente, (d) ações de recomposição e correção de fluxo, (e) mecanismos de redução de abandono escolar, (f) práticas de gestão escolar e (g) institucionalização de políticas e orçamento.

2 METODOLOGIA

A coleta de dados ocorreu por meio de questionário eletrônico, encaminhado através do Ofício 02598/2025-3, de 17 de julho de 2025, que também apresentou a equipe de fiscalização e orientou o preenchimento do questionário ao(a) Secretário(a) Municipal de Educação ou gestor(a) designado(a), com prazo até 30 de julho de 2025, sendo posteriormente reaberto até 22 de agosto de 2025. As respostas foram analisadas em Excel e agrupadas conforme tópico de interesse.

3 RESULTADOS

Foram obtidas 71 respostas válidas. A seguir serão apresentados os principais resultados da pesquisa, em formato de tabelas e gráficos, por tópico.

3.1. INDICADORES UTILIZADOS PARA MONITORAMENTO DA ALFABETIZAÇÃO

Em relação à importância dos indicadores utilizados para monitorar a alfabetização, verificou-se que os municípios atribuem importância diferenciada as diferentes métricas. No primeiro lugar, IDEB (31 citações) e Prova de Fluência em Leitura (28) concentram as escolhas, sugerindo preferência por medidas de resultado com visibilidade e comparabilidade.



O PAEBES Alfa aparece menos no primeiro lugar (12), mas concentra 42 menções na segunda posição, indicando valorização como instrumento de acompanhamento ao longo do ano, com utilidade para diagnóstico e planejamento de intervenção.

Ordene os indicadores conforme a importância que o seu município atribui para o monitoramento da aprendizagem dos estudantes (1º lugar = mais importante).

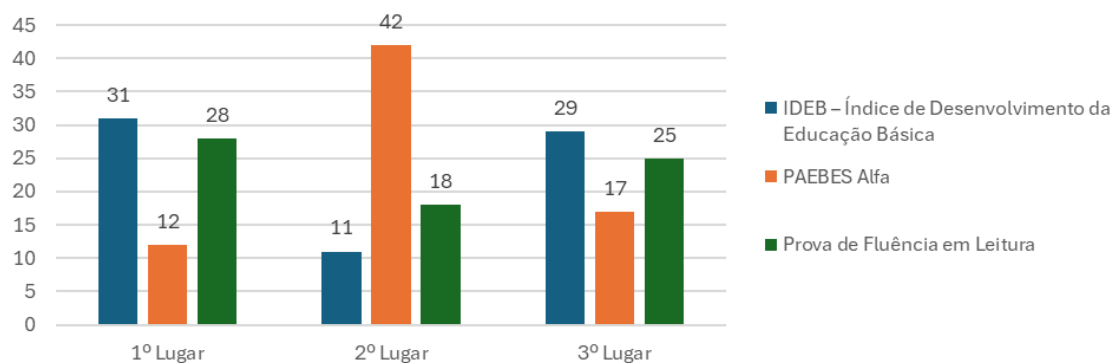


Figura 1: Resultados para a pergunta “Ordene os indicadores abaixo conforme a importância que o seu município atribui para o monitoramento da aprendizagem dos estudantes (mais acima = mais importante)”. Elaboração: Equipe de Fiscalização.

Na terceira posição, há proximidade entre IDEB (29), Prova de Fluência (25) e PAEBES Alfa (17), reforçando o uso combinado dos três instrumentos e a percepção de complementaridade entre medida sintética de desempenho e instrumentos de diagnóstico e monitoramento.

Além desses três, os relatos obtidos através das perguntas abertas indicam um conjunto amplo de instrumentos complementares, com quatro grupos recorrentes.

- (1) Avaliações nacionais e estaduais (SAEB, PAEBES regular, IDEBES).
- (2) Sistemas vinculados a programas e iniciativas (Educar pra Valer, AFA, CNCA, Ciclo de Gestão do PAES).
- (3) Sistemas municipais e regionais (como Avaliar Vitória, Educação em Movimento, AMEI, outras iniciativas locais).



(4) Instrumentos de fluência e escrita (Teste de Fluência Leitora, Alfabetômetro, IFL, diagnósticos de escrita como “escadinha”).

Também foram citados dados administrativos e de trajetória (aprovação, reprovação, abandono, distorção idade série, frequência), além de menções pontuais a competições e olimpíadas como referência indireta de desempenho.

Em conjunto, os resultados indicam práticas avaliativas descentralizadas e adaptadas, combinando avaliações externas, instrumentos internos e registros administrativos para compor diagnóstico, monitoramento e intervenção.

3.2. FATORES PERCEBIDOS COMO MAIS RELEVANTES PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Quando solicitada a elaboração de um ranking sobre os fatores que mais impactam a alfabetização, a primeira posição foi liderada por “professores com formação adequada para a disciplina que lecionam” (38 menções). Em seguida, ainda entre as escolhas mais relevantes, aparecem “professores com ensino superior”, “infraestrutura das escolas” e “recursos financeiros destinados à educação”, sugerindo percepção de que formação docente, condições materiais e disponibilidade financeira operam de forma conjunta.

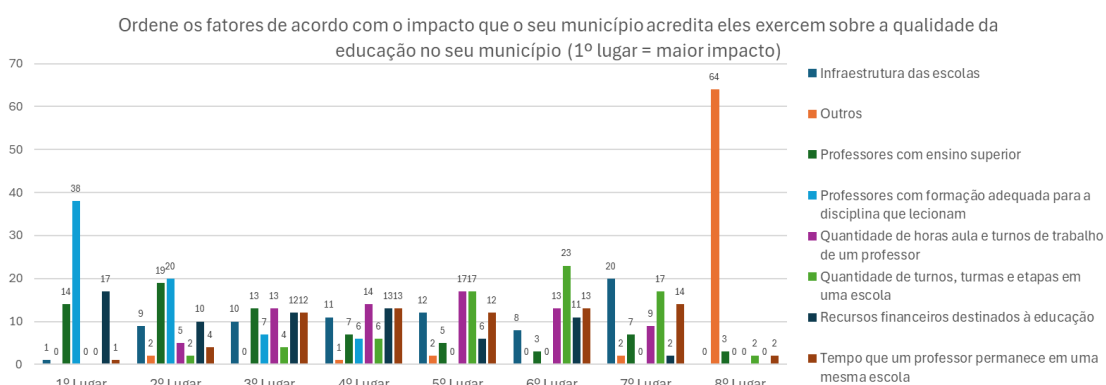


Figura 2: Resultados para a pergunta “Ordene os fatores a seguir de acordo com o impacto que o seu município acredita eles exercem sobre a qualidade da educação no seu município (mais acima = maior impacto). Elaboração: Equipe de Fiscalização.

A infraestrutura mantém presença em posições intermediárias, indicando permanência de demandas estruturais. Aspectos de organização do trabalho



docente, como horas aula, turnos e quantidade de turmas e etapas na escola, aparecem distribuídos nas posições intermediárias, com reconhecimento de impacto, mas com menor priorização frente à qualificação docente.

O tempo de permanência do professor na mesma escola aparece mais abaixo no ranking, sugerindo que estabilidade perde prioridade quando comparada à adequação formativa e a condições materiais. O agrupamento “Outros” concentra 64 citações na oitava posição, o que indica que fatores adicionais são lembrados, mas classificados como menos determinantes no exercício de ordenação.

A análise agregada por metades (1º ao 4º versus 5º ao 8º) reforça o achado de predominância dos fatores docentes na metade superior.

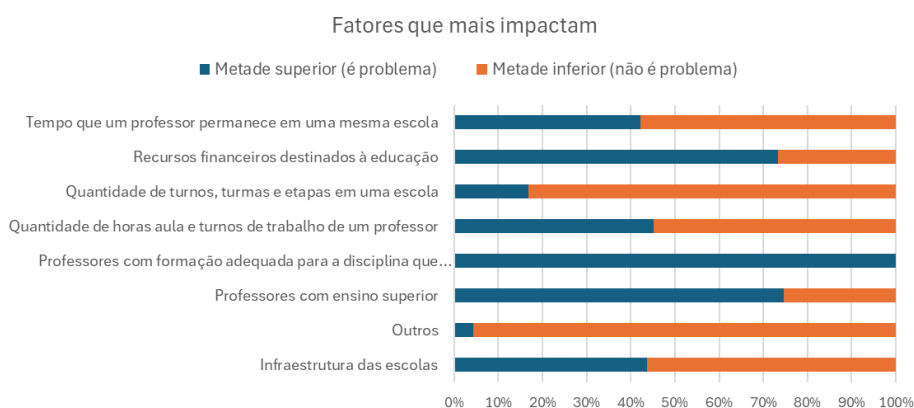


Figura 3: Análise agregada por metades da pergunta “Ordene os fatores a seguir de acordo com o impacto que o seu município acredita eles exercem sobre a qualidade da educação no seu município (mais acima = maior impacto). Elaboração: Equipe de Fiscalização.

3.3. “OUTROS FATORES” RELATADOS PELOS MUNICÍPIOS

Nos relatos sobre outros fatores que impactam a alfabetização, os municípios ampliam a dimensão de análise e citam aspectos estruturais, sociais e de gestão, sintetizados na sequência.

(1) **Profissionais da educação:** valorização, piso, carreira, condições de trabalho, rotatividade associada a vínculos temporários, falta de profissionais de



apoio, formação continuada, tempo de planejamento e lacunas na formação inicial, com destaque para inclusão.

(2) **Gestão e planejamento:** planejamento em rede, gestão democrática, uso de indicadores, colaboração intersetorial (educação, saúde, assistência social) e colaboração com o Estado via PAES. Também aparece demanda por equipes técnicas consolidadas na SME e por maior compromisso com alocação eficiente de recursos.

(3) **Família e comunidade:** participação dos responsáveis, parceria escola família e, como barreiras, desestrutura familiar, ausência de acompanhamento e baixa presença nas atividades escolares.

(4) **Contexto social e perfil dos alunos:** vulnerabilidade socioeconômica, infrequência, rotatividade sazonal (por exemplo períodos de colheita), necessidade de suporte psicossocial, atendimento a estudantes com deficiência, tamanho de turma e heterogeneidade de níveis.

(5) **Recursos e infraestrutura:** reformas, ampliações, conectividade e internet (com ênfase em áreas rurais), transporte e alimentação escolar como fatores associados à permanência e ao rendimento.

O conjunto dos relatos sinaliza que, embora o ranking destaque a formação docente, os municípios descrevem um ambiente multifatorial, com condicionantes sociais e operacionais recorrentes. Conforme detalhado no Relatório de Auditoria, o ambiente multifatorial também foi observado durante as visitas técnicas.

3.4. ESCALA DE CONCORDÂNCIA (1 DISCORDO, 5 CONCORDO)

Quando confrontados com afirmações e solicitados a informar uma escala de concordância, sendo 5 concordo totalmente, os maiores níveis de concordância foram observados em itens de qualificação formal do corpo docente.



(A) **“A maioria dos docentes possui ensino superior completo”** (média 4,92; desvio padrão 0,50) indica consenso e baixa dispersão.

(B) **“A formação docente está adequada à etapa”** (média 4,48; desvio padrão 0,67) mantém padrão de concordância alta.

Nos fatores avaliados como desafios, destacam se:

(C) **“A rotatividade de professores compromete a continuidade do trabalho pedagógico”** (média 4,41; desvio padrão 0,96), indicando percepção de impacto negativo com dispersão moderada.

(D) **“Contratos temporários comprometem a continuidade”** (média 3,92; desvio padrão 1,19) sugere concordância intermediária, com variação entre municípios.

(E) **“Investimentos são adequados para bons indicadores”** (média 3,87; desvio padrão 0,88) aponta avaliação intermediária, sugerindo que parte considera o patamar suficiente e parte não.

(F) **“Acúmulo de turnos ou atuação em mais de uma escola impacta negativamente”** (média 3,65; desvio padrão 1,12) indica percepção moderada, com heterogeneidade.

(G) **“Gestão é afetada pela complexidade estrutural”** (média 3,41; desvio padrão 1,43) apresenta maior dispersão do conjunto, sugerindo realidades distintas de organização escolar e capacidade de coordenação.

Tabela 1: Resultado da avaliação por escala likert de concordância (1 a 5). Elaboração: Equipe de Fiscalização.

Afirmação	Média	Desvio Padrão
A gestão das escolas municipais é afetada pela complexidade estrutural (número de turnos, etapas atendidas, ausência de coordenação etc.).	3,41	1,43
A formação docente no meu município está adequada às exigências da etapa de ensino em que os professores atuam.	4,48	0,67
A maioria dos docentes da rede municipal possui ensino superior completo.	4,92	0,50



Afirmção	Média	Desvio Padrão
Os investimentos na educação municipal são adequados para o alcance de bons indicadores de desempenho escolar.	3,87	0,88
A rotatividade de professores compromete a continuidade do trabalho pedagógico nas escolas do meu município.	4,41	0,96
Os contratos temporários para professores comprometem a continuidade do trabalho pedagógico nas escolas do meu município.	3,92	1,19
Muitos docentes da rede municipal acumulam turnos ou atuam em mais de uma escola, o que impacta negativamente o desempenho dos estudantes.	3,65	1,12

Em síntese, as respostas combinam percepção positiva sobre escolaridade e adequação formativa, com reconhecimento de entraves relacionados a estabilidade e condições de trabalho, além de avaliação intermediária sobre suficiência de investimentos.

3.5. PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO INTERNA, REGULARIDADE DOCENTE E USO DE DADOS NA GESTÃO

Quanto à avaliação da aprendizagem além das avaliações externas, 57 municípios (73%) afirmam realizar. As respostas para a pergunta aberta apontaram para uma combinação de sistemas em parceria, avaliações de fluência incorporadas com periodicidade definida, iniciativas municipais estruturadas e instrumentos internos (simulados e avaliações elaboradas localmente).

O município realiza algum tipo de avaliação da aprendizagem?

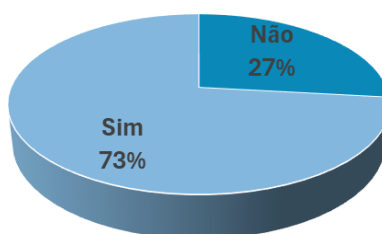


Figura 4: Resultados para a pergunta “O município realiza algum tipo de avaliação da aprendizagem da escola como um todo? (além das avaliações externas como o PAEBES)”.

Elaboração: Equipe de Fiscalização.



Quanto ao monitoramento de regularidade docente, 42% informam monitorar, 37% monitoram parcialmente e 21% não monitoraram. Os relatos descreveram predominância de uso administrativo (RH, folha, registros de licenças), com variedade de instrumentos e graus de informatização (ponto eletrônico versus livros, planilhas e formulários). Apareceu como ponto recorrente a baixa integração entre dados de regularidade e indicadores pedagógicos, sugerindo monitoramento fragmentado e com uso pouco analítico em parte das redes.

Existe monitoramento dos indicadores de regularidade docente (como afastamentos, licenças, rotatividade)?

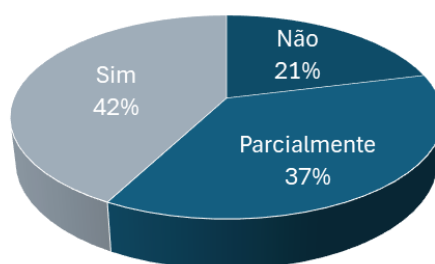


Figura 5: Resultados para a pergunta “Existe monitoramento dos indicadores de regularidade docente (como afastamentos, licenças, rotatividade)?”. Elaboração: Equipe de Fiscalização.

Por fim, quanto ao uso de dados sobre formação docente para lotação e capacitação, 44% utilizam de forma sistemática, 34% pontualmente e 22% não utilizam. Os relatos indicaram uso formal na habilitação para vagas e concursos e, na formação continuada, segmentação por etapa e área. O dado sugere que o uso estratégico para alocação e capacitação ainda não é uniforme.

Os dados sobre formação docente são utilizados para orientar decisões de lotação e capacitação?

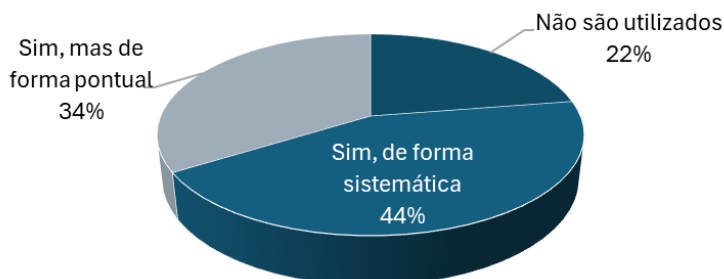


Figura 6: Resultados para a pergunta “Os dados sobre formação docente (nível e adequação à etapa) são utilizados para orientar decisões de lotação e capacitação das escolas municipais?”. Elaboração: Equipe de Fiscalização.



3.6. CORREÇÃO DE FLUXO, RECOMPOSIÇÃO E ABANDONO ESCOLAR

Em relação à distorção idade série, 80% declararam realizar ações para combatê-la, enquanto 20% não realizam ações. As práticas citadas nas perguntas abertas incluíram reclassificação, avanço escolar, oferta de EJA, recomposição e reforço no contraturno, busca ativa e articulação intersetorial.

A rede municipal realiza ações específicas para reduzir a distorção idade-série?

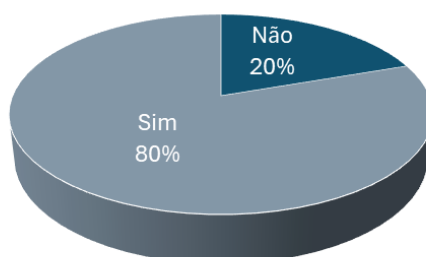


Figura 7: Resultados para a pergunta “A rede municipal realiza ações específicas para reduzir distorção idade-série?”. Elaboração: Equipe de Fiscalização.

Sobre recomposição da aprendizagem, 92% afirmaram realizar ações, e 8% não realizam. As respostas abertas reforçam presença de programas e estratégias de apoio pedagógico, com planos individualizados e acompanhamento contínuo, além de ações de prevenção (frequência, abandono, reprovação) e parcerias intersetoriais.

O município desenvolve ações específicas voltadas à recomposição da aprendizagem?

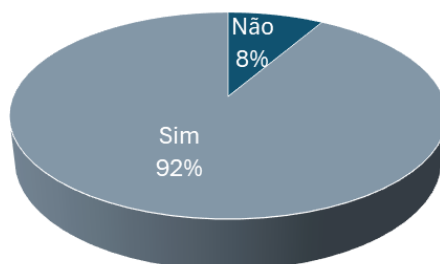


Figura 8: Resultados para a pergunta “O município desenvolve ações específicas voltadas à recomposição da aprendizagem dos estudantes que apresentaram defasagens identificadas em avaliações internas ou externas?”. Elaboração: Equipe de Fiscalização.



Quanto ao abandono escolar, 94% informam monitorar a taxa 6% não. Nas manifestações abertas, busca ativa apareceu como eixo, complementada por controle diário de presença, protocolos de contato com família, acionamento de SME, uso de sistemas (como Sistema Presença, sistemas locais e Censo Escolar) e articulação com Conselho Tutelar, saúde e assistência social.

O município monitora a taxa de abandono escolar ao longo dos anos?

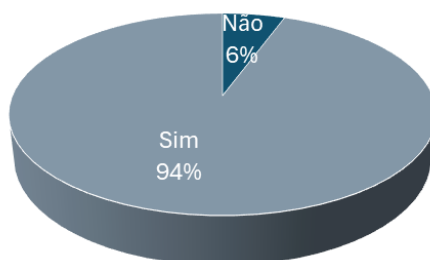


Figura 9: Resultados para a pergunta “O município monitora a taxa de abandono escolar ao longo dos anos?”. Elaboração: Equipe de Fiscalização.

O conjunto das respostas aponta difusão de práticas de correção de fluxo, recomposição e enfrentamento do abandono, com variação na formalização e na integração de sistemas.

3.7. MECANISMOS DE GESTÃO E AÇÕES PARA REDUZIR SOBRECARGA DOCENTE

Sobre a existência de mecanismos para lidar com complexidade da gestão escolar, 92% informam possuir e 8% não. Nos relatos, predominam mecanismos direcionadas para a formação e capacitação de gestores, acompanhamento técnico pela SME, reuniões regulares e adoção do Ciclo de Gestão do PAES, além de instrumentos como PPP e planos de ação. Também foram citados conselhos escolares e processos seletivos para direção como elementos de governança.



O município possui mecanismos para lidar com a complexidade da gestão escolar?

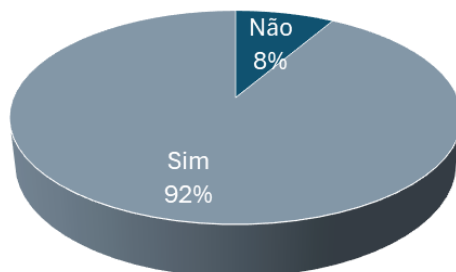


Figura 10: Resultados para a pergunta “O município possui mecanismos para lidar com a complexidade da gestão escolar?”. Elaboração: Equipe de Fiscalização.

Quanto a ações para reduzir sobrecarga docente, 63% informam realizar e 37% não. As iniciativas relatadas se agrupam em (a) organização de jornada, com garantia de tempo de planejamento e formações no horário de trabalho, (b) redução de burocracia via sistemas, (c) apoio psicossocial e saúde mental com equipes e atividades, (d) suporte pedagógico com coordenação e contratação de apoios, e (e) medidas de valorização e estrutura, incluindo tempo integral e pagamento do piso como incentivo para reduzir acúmulo de vínculos.

O município realiza alguma ação para reduzir os efeitos da sobrecarga de trabalho docente?

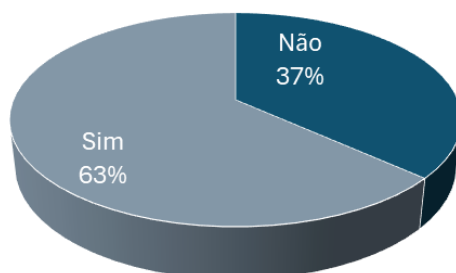


Figura 11: Resultados para a pergunta “O município realiza alguma ação para reduzir os efeitos da sobrecarga de trabalho docente?”. Elaboração: Equipe de Fiscalização.

3.8. POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO E ORÇAMENTO

Sobre a existência de política municipal de alfabetização, 46% informam possuir e 54% não. Os relatos indicam predominância de atuação em regime de colaboração com programas estaduais e federais (PAES e CNCA), com menor



número de municípios relatando iniciativas próprias já institucionalizadas ou em elaboração.

O município possui política de alfabetização?

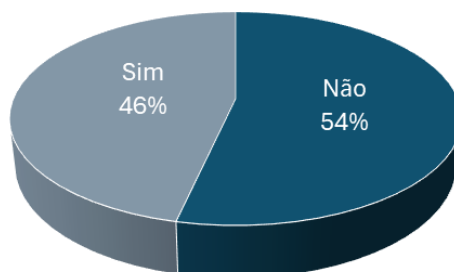


Figura 12: Resultados para a pergunta “O município possui política de alfabetização?”.
Elaboração: Equipe de Fiscalização.

Quanto ao orçamento e inserção em LOA e PPA, os relatos apontam ausência frequente de dotações específicas identificáveis para alfabetização, o que limita a rastreabilidade do gasto por etapa e dificulta analisar aderência entre planejamento, execução orçamentária e prioridades declaradas.

4 ANÁLISE E CONCLUSÃO

Os resultados, quando analisados de forma conectada e em linha geral, mostram três padrões principais.

(1) **Cultura de monitoramento baseada em múltiplas fontes:** os municípios combinam IDEB, Prova de Fluência e PAEBES Alfa como referências, com instrumentos complementares e dados administrativos, e 72% relatam avaliações internas além das externas.

(2) **Centralidade do tema docente:** no ranking de fatores, a adequação da formação aparece como prioridade, e na escala Likert há concordância alta sobre escolaridade e adequação formativa. Ao mesmo tempo, a rotatividade é percebida como entrave à continuidade pedagógica (média 4,41), com associação relevante a contratos temporários e a condições de trabalho, incluindo sobrecarga.





(3) Disseminação de ações de recomposição e correção de fluxo, com assimetrias de gestão e integração de dados: a maioria das respostas reporta ações para recomposição (92%), distorção idade série (80%) e monitoramento do abandono (94%). Em contraste, o monitoramento da regularidade docente e o uso sistemático de dados de formação para lotação e capacitação apresentam dispersão, com parcela relevante dos respondentes sem práticas integradas ou com uso pontual.

Por fim, a institucionalização de uma política municipal de alfabetização aparece como ponto de fragilidade, com maioria declarando não possuir, e com baixa visibilidade de dotações específicas em LOA e PPA. Isso sugere dependência de programas de colaboração e dificuldades de rastrear investimentos dedicados, o que pode limitar planejamento de médio prazo e avaliação de custo e efetividade.

Os resultados deste questionário auxiliaram a direcionar a elaboração do Questionário Rede e Questionário Professores, que aprofundou temas indicados como relevantes e também incluiu novos temas a partir do que foi relatado nas perguntas abertas, com especial destaque ao contexto social.



APENSO A. OFÍCIO APRESENTANDO A EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO E CONVIDANDO A RESPONDER O QUESTIONÁRIO.

<p> TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO</p> <p>Ofício 02598/2025-3</p> <p>Vitória, 17 de julho de 2025.</p> <p>A Sua Excelência o(a) Senhor(a) Prefeito(a) Municipal</p> <p>A Sua Excelência o(a) Senhor(a) Secretário(a) Municipal de Educação</p> <p>Assunto: Comunicação de fiscalização e apresentação da equipe de fiscalização, e requisição de informações.</p> <p>Senhor(a) Prefeito(a) Municipal, Senhor(a) Secretário(a),</p> <p>Comunicamos que este Tribunal, por meio do Núcleo de Controle Externo de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas de Educação - NEducação, iniciará uma fiscalização, nesta entidade, na modalidade "auditoria operacional", com o objetivo de "fiscalizar fatores determinantes para o desempenho das escolas públicas".</p> <p>Nesta oportunidade, apresentamos os Auditores de Controle Externo Felipe Fonseca Salerno (Mat. 204.032) e Jane de Araujo Baptista Belfort (Mat. 202.612), autorizados pelo Termo de Designação 00066/2025-6, de 06/06/2025, para realizarem, sob a liderança do primeiro, os trabalhos de fiscalização.</p>	<p>Conferência em www.tcees.br Identificador: DC579-43559-324E5 </p> <p>Solicitamos que o(a) Secretário(a) Municipal de Educação, ou pessoa por ele designada, responda o questionário disponível no link:</p> <p>https://pesquisa.tcees.tc.br/index.php/265734?lang=pt-BR</p> <p>Prazo para resposta: 30 de julho de 2025. Apenas uma resposta por município. Cópia pdf do questionário segue em anexo, mas as respostas devem ser enviadas exclusivamente pelo link acima. Cópia deste Ofício será encaminhada ao Controle Interno municipal, para fins de acompanhamento.</p> <p>Solicitamos a <u>indicação de servidor(a)</u> para eventual necessidade de esclarecimento junto à Equipe de Fiscalização, informando nome completo, telefone e e-mail institucional para contato.</p> <p>Na necessidade de esclarecimentos sobre o presente Ofício, contatar o Auditor de Controle Externo Felipe Fonseca Salerno através do e-mail felipe.salerno@tcees.tc.br</p> <p>Agradecemos, antecipadamente, a colaboração que for prestada aos membros da referida equipe, facultando-lhes livre acesso aos documentos por eles solicitados. Ressaltamos que a obstrução ao livre exercício das fiscalizações, bem como a sonegação de processo, documento ou informação ensejará a aplicação de multa nos termos do artigo 135, incisos V e VI, da Lei Complementar Estadual 621/2012.</p> <p>Respeitosamente,</p> <p>William Fernandes Auditor de Controle Externo/Coordenador Substituto Núcleo de Controle Externo de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas de Educação - NEducação</p>
--	--

Elaboração: Equipe de Fiscalização 031/2025-2.



APENSO B. QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO - AOP DESEMPENHO ESCOLAR - FASE PLANEJAMENTO.



Esta é uma pesquisa realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo sobre fatores determinantes para o desempenho das escolas públicas. Deve ser respondida pelo responsável pela educação municipal, ou pessoa por ele designada. Apenas um envio por município.

Tempo estimado para responder o questionário: 20 a 30 minutos.

Prazo: reaberto até 22 de agosto de 2025

Eventuais esclarecimentos ou dúvidas contatar felipe.salerno@tcees.tc.br

Seção A: Identificação

Este bloco de perguntas tem como objetivo identificar o responsável pela inserção das informações no questionário. Ressalta-se que essa pessoa não é, necessariamente, a detentora direta dos dados informados, uma vez que as respostas dos blocos podem ter sido coletadas junto a diferentes responsáveis. O objetivo é apenas registrar um ponto de contato para que o Tribunal possa, se necessário, esclarecer eventuais dúvidas sobre as respostas fornecidas.

A1. **Município:**

A2. **Nome do Respondente:**



LimeSurvey



A3. E-mail para contato:

A4. Cargo do Respondente:

Seção B: Bloco 1 – Importância de Indicadores e Resultados

B1. Ordene os indicadores abaixo conforme a importância que o seu município atribui para o monitoramento da aprendizagem dos estudantes (mais acima = mais importante).

Prova de Fluência em Leitura

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

PAEBES Alfa

B2. Além dos indicadores citados acima, o município utiliza algum outro indicador para o monitoramento da aprendizagem dos estudantes? Cite quais e detalhe.

B3. Ordene os fatores a seguir de acordo com o impacto que o seu município acredita eles exercem sobre a qualidade da educação no seu município (mais acima = maior impacto):

Professores com formação adequada para a disciplina que lecionam

Professores com ensino superior

Quantidade de horas aula e turnos de trabalho de um professor



LimeSurvey



Quantidade de turnos, turmas e etapas em uma escola

Tempo que um professor permanece em uma mesma escola

Recursos financeiros destinados à educação

Infraestrutura das escolas

Outros

B4. Indique, caso existentes, outros fatores que você acredita que impactam a qualidade da educação do seu município.

Seção C: Bloco 2 – Avaliação por Escala Likert

Para as próximas questões, marque o grau de concordância com as afirmações (1 = discordo totalmente, 5 = concordo totalmente).

C1. A gestão das escolas municipais é afetada pela complexidade estrutural (número de turnos, etapas atendidas, ausência de coordenação etc.).

1

2

3

4

5

C2. A formação docente no meu município está adequada às exigências da etapa de ensino em que os professores atuam.

1

2

3

4

5



LimeSurvey



C3. A maioria dos docentes da rede municipal possui ensino superior completo.	1 <input type="checkbox"/>
	2 <input type="checkbox"/>
	3 <input type="checkbox"/>
	4 <input type="checkbox"/>
	5 <input type="checkbox"/>
C4. Os investimentos na educação municipal são adequados para o alcance de bons indicadores de desempenho escolar.	1 <input type="checkbox"/>
	2 <input type="checkbox"/>
	3 <input type="checkbox"/>
	4 <input type="checkbox"/>
	5 <input type="checkbox"/>
C5. A rotatividade de professores compromete a continuidade do trabalho pedagógico nas escolas do meu município.	1 <input type="checkbox"/>
	2 <input type="checkbox"/>
	3 <input type="checkbox"/>
	4 <input type="checkbox"/>
	5 <input type="checkbox"/>
C6. Os contratos temporários para professores comprometem a continuidade do trabalho pedagógico nas escolas do meu município.	1 <input type="checkbox"/>
	2 <input type="checkbox"/>
	3 <input type="checkbox"/>
	4 <input type="checkbox"/>
	5 <input type="checkbox"/>



LimeSurvey



C7. Muitos docentes da rede municipal acumulam turnos ou atuam em mais de uma escola, o que impacta negativamente o desempenho dos estudantes.

1

2

3

4

5

Seção D: Bloco 3 – Boas Práticas

D1. O município realiza algum tipo de avaliação da aprendizagem da escola como um todo? (além das avaliações externas como o PAEBES)

Sim (detalhar no comentário ao lado)

Não

D2. Existe monitoramento dos indicadores de regularidade docente (como afastamentos, licenças, rotatividade)?

Sim (detalhar no comentário ao lado)

Não

Parcialmente (detalhar no comentário ao lado)



LimeSurvey



D3. Os dados sobre formação docente (nível e adequação à etapa) são utilizados para orientar decisões de lotação e capacitação das escolas municipais?

Sim, de forma sistemática (detalhar no comentário ao lado)

Sim, mas de forma pontual (detalhar no comentário ao lado)

Não são utilizados

D4. A rede municipal realiza ações específicas para reduzir a distorção idade-série?

Sim (detalhar no comentário ao lado)

Não

D5. O município desenvolve ações específicas voltadas à recomposição da aprendizagem dos estudantes que apresentaram defasagens identificadas em avaliações internas ou externas?

Sim (detalhar no comentário ao lado)

Não

D6. O município monitora a taxa de abandono escolar ao longo dos anos?

Sim (detalhar nos comentários ao lado)

Não



LimeSurvey



D7. O município possui mecanismos para lidar com a complexidade da gestão escolar?	
Sim (detalhe nos comentários ao lado)	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>
D8. O município realiza alguma ação para reduzir os efeitos da sobrecarga de trabalho docente?	
Sim (detalhar no comentário ao lado)	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>
D9. O município possui política de alfabetização?	
Sim (informe o normativo no comentário ao lado)	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>



LimeSurvey



D10. Caso possua política de alfabetização, qual o valor orçado do referido programa de alfabetização (LOA, PPA)?

D11. Caso positivo, informe o número do programa no orçamento (LOA, PPA).

Agradecemos sua participação.

Esta mensagem é uma confirmação de envio.

Eventuais esclarecimentos ou dúvidas contatar felipe.salerno@tcees.tc.br